



OS ANORMAIS NA CRÍTICA DE FOUCAULT

THE ABNORMALS IN FOUCAULT'S CRITICISM

Renato Marcelo Resgala Júnior

Doutorando em Sociologia Política – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Mestre em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura – UFSJ

renatoresgalajr@gmail.com

Julie Cardoso

Gaduação em Medicina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

julie.cardoso2000@hotmail.com

Lara Arco

Gaduação em Medicina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Maria Clara Ferreira

Gaduação em Medicina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Analúcia Costa

Gaduação em Medicina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar o conceito de anormalidade a partir das considerações críticas de Michel Foucault. No primeiro tópico, baseando-se nos contextos abordados pelo autor, explicou-se o desenvolvimento e a articulação do conceito de anormal como ferramenta de categorização dos indivíduos sustentada pelo mecanismo de poder da normalização. No segundo tópico, associou-se o conceito de anormalidade a uma das formas encontradas pela sociedade, para exercer seu poder e justificar essa estruturação binária: o poder psiquiátrico. Visou-se, portanto, a estabelecer um paralelo entre a segregação produzida por tal mecanismo de poder e pela normalização.

Palavras-chave: anormalidade, poder psiquiátrico, psiquiatria, Michel Foucault

Abstract

The aim of this paper is to introduce the concept of abnormality from Michel Foucault's critical considerations. In the first topic, based on the contexts addressed by the author, the development and articulation of the concept of abnormal was explained, as a tool for categorization of individuals, supported by the power mechanism of normalization. In the second topic, the concept of abnormality was associated with one of the categories, found by society, for exercising its power and

justify this binary structure: psychiatric power. It was therefore established a parallel between the segregation produced by the mechanism of power and normalization.

Keywords: abnormality, psychiatric power, psychiatry, Michel Foucault

Introdução

Este trabalho concentra-se em explicar, analisar e relacionar os conceitos de anormalidade e poder psiquiátrico nas obras de Michel Foucault. A escolha do tema deu-se a partir da identificação da importância de se rever e compreender o pensamento histórico na cultura psiquiátrica europeia, acerca das mais variadas formas de poder capazes de classificar pessoas e grupos e as justificativas que as sustentavam, tendo em conta os cenários trabalhados por Foucault. No presente artigo, será abordado o referido tema a partir de textos científicos que o retratam, bem como através das próprias obras do filósofo francês com enfoque no conceito de anormal para, então, relacioná-lo ao poder psiquiátrico.

Nesse sentido, será respeitada a lógica do autor em questão, bem como as divergências na descrição dos conceitos de anormalidade e poder psiquiátrico, conforme as características da sociedade disciplinar. Realizar-se-á tal análise a partir das próprias definições e interpretações de Foucault sobre o tema, sem ignorar as mudanças que ele próprio adotou para o uso desses conceitos em diferentes cenários analíticos. Será considerado, portanto, o desenvolvimento desses termos dentro de cada contexto social, compreendendo a perpetuação e a modificação dos mecanismos de poder, assim como a alteração ou manutenção dos aspectos tidos como mais relevantes pelo autor.

No primeiro tópico do desenvolvimento, será trabalhado o livro *Os anormais*, com o objetivo de explorar o conceito de anormal. Serão abordadas não apenas as diferentes esferas envolvidas na definição criada por Foucault, como também a caracterização de cada tipo de anormal e os reflexos disso no convívio social. Nesse contexto, será apresentado o conceito de normalização, o qual se apresenta como um poderoso instrumento de poder, tanto por fortalecer hierarquias e segmentações, quanto por produzir corpos dóceis, submissos à hegemonia do poder disciplinar. Além disso, será relacionada a normalização e os mecanismos de

controle, pois, ao se determinar o indivíduo anormal, torna-se possível o exercício do poder político.

Dessa forma, no segundo tópico do desenvolvimento, tal contexto será aproveitado para a abordagem da relação entre o poder e a percepção sobre os cidadãos ditos *anormais* nos cenários institucionais e sociais. Para isso, serão usados os livros *O poder psiquiátrico* e *A história da loucura na Idade Clássica*. As ressalvas já explicitadas serão mantidas e, portanto, analisar-se-á a relação do poder psiquiátrico com o ideal de normalidade, segundo a definição dos dois livros citados, considerando as diferenças e semelhanças no conceito trazido em cada uma dessas obras.

Definição de “anormal”

A busca do conceito de anormal por Foucault começa através de exames psiquiátricos nos processos judiciais. Segundo Foucault (2001, p. 21-22), no exame jurídico, o psiquiatra é convocado para julgar o réu além do crime. Dessa forma, observa também a anormalidade do indivíduo, considerada causa e motivação principal da infração. O exame psiquiátrico permite tirar a infração do aspecto legal - como é formulada pelo código - para passar a ser vista por seu outro lado e, assim, fazer dela não mais uma infração no sentido legal, mas uma irregularidade relacionada a regras que podem levar em consideração aspectos fisiológicos, psicológicos ou morais. Isso significa que o exame possibilita a transferência da infração definida pela lei à criminalidade apreciada sob outro ponto de vista: o psicológico-moral.

A análise da anomalia é constituída de três elementos, que começam a se definir entre o século XVIII e XIX, e são neles que a anomalia irá se colocar. A primeira, chamada por Foucault de “monstro humano”, constitui “em sua existência e forma não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza” (FOUCAULT, 2001, p. 69). Na Idade Média, o monstro era uma mistura de animal com humano; de gêneros, masculino e feminino; de indivíduos, como irmãos siameses; enfim, o monstro é um misto de formas. Contudo, com a psiquiatria, esse monstro medieval, julgado por aberrações anatômicas, passa a ser evidenciado através do instinto, do crime e de perversidade (FOUCAULT, 2001, p. 79).

De acordo com Foucault (2001, p. 69-71) o monstro moderno é um fenômeno extremo e bastante raro, ele é o limite, mas só se encontra em casos excepcionais. Ele combina o impossível com o proibido, contradiz a lei e ele é a própria infração, que é levada ao seu máximo. Pode-se dizer que “ao mesmo tempo que ele viola a lei, ele a deixa sem voz” (FOUCAULT, 2001, p. 70). Dessa forma, o monstro é a forma brutal e natural da contranatureza, ou seja, possui um instinto primitivo que o leva a ter atitudes inadequadas para um convívio em sociedade. O problema encontrado no século XIX está em desvendar a monstruosidade que existe por trás das pequenas irregularidades e anomalias. Neste século, o anormal é portador de uma monstruosidade instintiva, espiritual e moral, entretanto não possui o temor do monstro medieval, tornou-se então, um monstro cotidiano, banalizado, um monstro pálido.

Foucault retrata em alguns momentos uma ligação do monstro com um caráter instintivo, que por si só é monstruoso, doentio e patológico. Tal caráter apresenta um automatismo em suas ações e que nada pode justificá-las, a não ser um suporte patológico. Entretanto, o autor deixa muito claro que

Não há doença intrínseca ao instinto, há antes uma espécie de desequilíbrio funcional do conjunto, uma espécie de dispositivo ruim nas estruturas, que faz que o instinto, ou certo número de instintos, se ponha a funcionar “normalmente”, de acordo com seu regime próprio, mas “anormalmente” no sentido de que esse regime próprio não é controlado por instâncias que deveriam precisamente assumi-los, situa-los e delimitar sua ação (FOUCAULT, 2001, p. 381).

Dessa forma, o instinto para se tornar patológico deve ser emancipado do prazer, pois, se há prazer, a atitude já não é mais automática. O instinto acompanhado pelo prazer é reconhecido e registrado como algo capaz de gerar essa sensação e, mesmo que violento, deixa de ser um ato automático e involuntário, passando a ser um ato coordenado. Ou seja, para que o instinto seja considerado patológico deve ser excluído o prazer (Foucault, 2001, p. 388-389).

Enquanto o conceito de monstro refere-se à natureza e à sociedade, o contexto da segunda figura é a própria família e sua relação com a escola, o bairro, a igreja, entre outras instituições vizinhas. Neste ambiente, para Foucault (2001, p. 72-73), se encontra o “indivíduo a ser corrigido”. Ao passo que o monstro é uma exceção, o indivíduo a ser corrigido é um fenômeno normal e frequente, sendo assim, por andar muito próximo da regra, é difícil determiná-lo. A definição deste

elemento está na observação de que ele é incorrigível, por isso, requer intervenções específicas em torno de si e da sua incorrigibilidade. Dessa forma, essa paradoxal corrigível incorrigibilidade prevê novas tecnologias de educação e correção, ou seja, de reeducação. Assim, essas ferramentas servirão de suporte a todas as instituições específicas para anormais que se desenvolverão ao longo do século XIX. “Monstro empalidecido e banalizado, o anormal do século XIX também é um incorrigível, um incorrigível que vai ser posto no centro de urna aparelhagem de correção” (FOUCAULT, 2001, p. 73).

O terceiro elemento é a “criança masturbadora”, a qual está inserida também no campo da família. Entretanto, é uma relação mais estreita que a do indivíduo a ser corrigido, pois o espaço do masturbador é o quarto, a cama, o corpo. São os pais, os irmãos, os cuidadores, o médico. Ele é um indivíduo quase universal, nada excepcional, que aparece no pensamento e no saber. Porém, essa prática de masturbação quase universal é ao mesmo tempo desconhecida, que ninguém fala, um segredo nunca revelado (FOUCAULT, 2001, p. 73-74). “A masturbação é o segredo universal, o segredo compartilhado por todo mundo, mas que ninguém comunica a ninguém” (FOUCAULT, 2001, p. 74).

Este sujeito, adepto da masturbação, foi alvo de um forte movimento médico-higienista no século XVIII e XIX, que contribuiu para o rompimento do silêncio acerca da masturbação. Para Foucault (2001, p. 349) tal rompimento, realizado pelos discursos médicos, evidenciou a masturbação como um problema, e a tornou uma patologia. Por conta disso, o autor vê a criança masturbadora como um dos pilares do anormal, pois o ato da masturbação se torna a causa de várias doenças, que acumulam em si sintomas de todas as doenças possíveis. Assim, a masturbação é revelada como possível causa para a meningite, encefalite, doenças ósseas, doenças dos olhos, cardíacas e várias outras enfermidades ou como forma de adoecimento total.

Além desse viés relacionado às doenças que a masturbação trouxe para a época, outro ponto questionado por Foucault foi a questão da caça às crianças masturbadoras e sua relação com a família conservadora, ou seja, as famílias que poderiam deter o poder naquela sociedade. Para o autor, a caça à masturbação contribuiu na constituição das famílias conjugais, restritas e estreitas, de forma que uma das condições para solidificar as famílias foi tornar os pais responsáveis pelos

corpos dos filhos, por meio de um bloqueio à masturbação, relacionado ao discurso médico de que era a etiologia de muitas patologias (Foucault, 2001, p. 336-337).

Nessa perspectiva, o anormal do século XIX é uma mistura dessas três figuras, já que apresentam elementos de inconformidade para um convívio social, pois afrontam a ordem natural, divina e jurídica, além de ostentarem a irresponsabilidade e nutrirem a perversidade instintiva (FOUCAULT, 2001, p.75).

Para a determinação do sujeito anormal, faz-se necessário o estabelecimento de normas que classificam e enquadram os indivíduos. Sob esse prisma, conforme de França (2014, p.16), ocorre a normalização, que pode ser encarada como um conjunto de processos que atuam de acordo com o discurso científico ao preconizar, nas instituições disciplinares, a administração de condutas aceitáveis que rechaçam aquelas consideradas indesejáveis a um regime de sanções normalizadoras. Com isso, esse processo preconiza uma “dissimetria que transforma o diferente em desigual” (DE FRANÇA, 2014, p.16), de modo que fortalece uma norma que ocasiona em hierarquias e segmentações. Nesse viés, estabelecem-se os indivíduos anormais, que seriam aqueles que não se adéquam às devidas regras disciplinares da sociedade vigente.

Por conseguinte, a normalização apresenta-se como um poderoso instrumento de poder e controle a partir do período clássico. Isso porque ela torna-se capaz de substituir ou aumentar graus de normalidade, que são símbolos de pertencimento a um corpo social homogêneo, porém que se divide por intermédio de uma separação em classes (PORTOCARRERO, 2004, p. 175). Em *Os anormais*, Foucault trata da norma e da normalização sob o ponto de vista do autor Canguilhem na obra *O normal e o patológico*. Contudo, como este presente artigo busca trabalhar esses conceitos a partir do primeiro autor francês, a normalização será apresentada como um instrumento de poder capaz de segregar a sociedade e produzir corpos obedientes, de modo a garantir, assim, a manutenção do status quo.

Segundo Foucault (2001, p.54-57), o Ocidente teve dois grandes modelos de controle dos indivíduos: um consiste na exclusão do leproso e o outro é o modelo da inclusão do pestífero. A exclusão da lepra, conforme o autor, dividia rigorosamente e provocava um distanciamento entre um indivíduo e outro, sendo o leproso rejeitado e expulso para purificar a comunidade. Dessa maneira, o mecanismo de poder era exercido sobre eles como um mecanismo de exclusão, desqualificação, rejeição ou privação. O modelo de exclusão dos leprosos, no final

do século XVII e início do século XVIII, foi substituído pelo modelo do problema da peste e do policiamento da cidade empestada, sendo esta mudança um grande fenômeno ocorrido no século XVIII. No modelo da inclusão do pestífero, em uma cidade em estado de peste fechada e em quarentena, os indivíduos deveriam se apresentar ao inspetor em sua janela específica quando seu nome fosse chamado duas vezes ao dia. Caso não se apresentasse, é que estava de cama, possivelmente doente, e, por isso, era considerado perigoso, de modo que o inspetor, representante do poder político da cidade, deveria intervir. Nessa perspectiva, “o momento da peste é o momento do policiamento exaustivo de uma população por um poder político” (FOUCAULT, 2001, p.59), de modo que a definição do anormal, isto é, nesse caso, do pestífero, assegura o exercício de controle político do corpo social. Com isso, passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa a um poder que fabrica e que observa, segundo Foucault (2001, p.60).

Por fim, deve-se ressaltar que o potencial das disciplinas explica o processo de hegemonização do poder disciplinar na Modernidade, o qual gera procedimentos de normalização para fabricar corpos dóceis. Estes seriam corpos domesticados e submissos, trabalhando quando ordenado, consumindo aquilo que se lhes oferece e aprendendo aquilo que se lhes ensina (ESTEVES, 2016).

Para Foucault (2001, p. 64), no século XVIII, mediante o sistema de “disciplina-normalização”, o poder não é repressivo, mas sim produtivo. A repressão apresenta-se como um efeito colateral e secundário em relação aos mecanismos centrais relativamente a esse poder, pois são mecanismos que fabricam, criam e produzem.

A relação entre o poder psiquiátrico e os anormais

Diante de tal posição adotada por Foucault quanto ao tema da anormalidade para a definição do conceito de anormal, é válido retomar ao contexto trazido no livro *História da Loucura na Idade Clássica*, do referido autor. Mostra-se pertinente analisar a anormalidade estudada por Foucault a partir desse momento, já que ele permite acompanhar o “surgimento” da loucura, bem como as modificações que ocorreram nesse conceito, devido a mudanças na sociedade em que ele se

inseriria. Como consequência, ao buscar-se explicitar a relação entre os conceitos de poder psiquiátrico e de anormais, em Foucault, tendo-se em vista todo o contexto de como a loucura entrou em debate, torna-se possível estabelecer uma conexão ainda mais sólida entre tais conceitos. Conforme Torre e Amarante (2011, v.3, n.6, p. 43), obtém-se, através da *História da Loucura*, uma análise das diferentes concepções de loucura até a sua definição como doença mental, o que é de suma importância para a compreensão do contexto em que surge o poder psiquiátrico.

Segundo Foucault (1978, p.9), a epidemia da lepra do século XII, que levou ao surgimento de leprosários – instituições onde as pessoas infectadas eram mantidas afastadas da sociedade (segregadas) como forma de proteção dos indivíduos sadios – já havia sido superada no século XIV. Contudo, deixou como consequência permanente a possibilidade de se por em prática essa configuração excludente, conforme fosse conveniente para a sociedade, ou para um grupo, segregar determinadas pessoas. Nesse sentido, torna-se compreensível a afirmação do autor de que a verdadeira herança da lepra foi a loucura e de que “[...] esse novo espantinho, que sucede à lepra nos medos seculares, suscita como ela reações de divisão, de exclusão, de purificação que no entanto lhe são aparentadas de uma maneira bem evidente.” (FOUCAULT, 1978, p.12).

Nesse contexto, surgem questionamentos quanto ao que definiria alguém como louco já que, diferentemente da lepra, a insanidade pode apresentar-se de diversos modos. Logo, esse conceito passa por diversos significados e, no século XV, corresponde a todo e qualquer comportamento fora do padrão, isto é, “[...] tudo o que o próprio homem pode inventar como irregularidades da conduta.” (FOUCAULT, 1978, p. 31). E, para exemplificar, Foucault se baseia, principalmente, na obra *Das Narrenschiff*, de Sebastian Brant, (FOUCAULT, 1978, p. 30) na qual os capítulos são poemas satíricos cuja maioria descreve irregularidades de conduta que caracterizam o indivíduo como “*ein Narr*”. Embora esse termo normalmente seja traduzido para o português como “tolo”¹, como o objetivo desse trabalho é estabelecer a definição de loucura nesse contexto, utilizar-se-á tal expressão com o mesmo sentido de louco. Assim, Foucault apresenta como exemplos de loucura “[...] os avaros, os delatores, os bêbados. [...] Os que se entregam à desordem e à

¹ Tradução presente na versão brasileira da obra: BRANT, S. **Nau dos Insensatos**. 1ª edição. Tradução: Karin Volobuef. São Paulo: Octavo, 2010.

devassidão; os que interpretam mal as Escrituras, os que praticam o adultério.” (FOUCAULT, 1978, p. 30).

Com o passar do tempo, o significado do referido termo vai modificando-se, até que, na Era Clássica, segundo Foucault (1978, p. 262), a loucura deixa de ser vista tanto como uma alteração no espírito ou no corpo e aproxima-se da ideia de delírio, definido como um distanciamento da razão, que poderia manifestar-se de dois modos. Conforme o autor, (1978, p. 261) o primeiro corresponde a um sintoma, que pode ou não estar presente na enfermidade do indivíduo. Já o segundo, presente em todas as formas de loucura, e, por isso, sendo chamado de delírio implícito, pode não ser percebido pelo doente, mas o é por quem o observa, e consiste em “[...] gestos silenciosos, violências sem palavras, comportamentos estranhos [...]” (FOUCAULT, 1978, p. 262). E, a partir dessa segunda definição, o autor afirma que “esse delírio é a condição necessária e suficiente para que uma doença seja chamada de loucura.” (FOUCAULT, 1978, p. 262 -263).

Ainda na Era Clássica, surge o conceito de internamento, uma ferramenta de exclusão. Segundo Foucault (1978, p. 276), a loucura é vista como algo que foge dos padrões aceitos pela sociedade e, diante dessa segregação, há a demanda pela retirada do louco desse meio em que ele, teoricamente, não se encaixa. Assim, o internamento surge como um meio de suprimir aquilo que foge dos padrões de normalidade e manifesta-se como loucura.

Tendo como base esse posicionamento acerca do tema, surgem três grandes grupos de loucura: demência; mania e melancolia; histeria e hipocondria (FOUCAULT, 1978, p. 278). Essa configuração representa um marco importante, pois se tem doenças mentais caracterizando a loucura e, com isso, é estabelecida uma relação direta com a psiquiatria. Esse trabalho não busca desenvolver como ocorre a classificação do louco, apenas o reflexo da existência dessa categorização quanto ao seu potencial segregatório; portanto, não serão detalhadas as especificidades de cada subgrupo de loucura, sendo eles citados apenas para explicitar como esta passou a ser especificamente caracterizada.

Em suma, se antes o louco era qualquer indivíduo com, pelo menos, algum desvio de conduta, a partir desse momento a loucura torna-se algo bem mais específico e, dessa forma, para que houvesse tal classificação, não bastava mais que a sociedade considerasse o indivíduo diferente, mas que um médico o encaixasse em um dos subgrupos. Por conseguinte, embora essa transição não seja

imediate, o internamento deixa de visar às inconformidades de conduta do indivíduo e passa a corresponder à atuação dos médicos para curar a doença. Diante disso, surgem e fortalecem-se os hospitais psiquiátricos, que funcionam como uma “[...] grande ‘Estufa’ para o estudo classificatório da alienação mental e a construção de uma clínica da loucura [...]” (TORRE; AMARANTE. 2011, v.3, n.6, p. 53).

A definição de loucura a ser aplicada nesse trabalho é, portanto, esse conceito ao qual Foucault chega ao final de sua obra *A História da Loucura*. Entretanto, como o objetivo central desse artigo é estabelecer a relação entre o poder psiquiátrico e os anormais, dois conceitos desse mesmo autor, torna-se válido ressaltar algumas especificidades que Foucault considera ao colocar o louco como engrenagem do poder psiquiátrico. Isto é, em sua obra *O Poder Psiquiátrico*, a loucura em si não é mais o processo a ser analisado, pois ela se torna parte de uma conjuntura maior, na qual surgem relações de poder e estas passam a ser o objetivo do estudo. Nesse sentido, alguns aspectos centrais da primeira obra são substituídos e/ou ignorados na segunda, já que “no segundo caso, se trata de analisar já não a percepção da loucura, mas sim os discursos, as ciências, os jogos de poder e verdade que tomaram por objeto a loucura.” (CAPONI, 2007, p. 96).

Perante tal conjuntura, segundo Caponi (2007, p. 97), para que *O Poder Psiquiátrico* possa ser considerado como uma sequência de *A História da Loucura* é imprescindível que se tenha em mente que, em *O Poder Psiquiátrico*, Foucault trabalha com semelhanças e diferenças em relação à abordagem da loucura feita por ele anteriormente. Novamente, como não é objetivo desse trabalho adentrar nos mecanismos classificatórios propriamente ditos, esses pontos de ruptura e continuidade não serão desenvolvidos. Entretanto, é de suma importância mencionar sua existência para que os reflexos da mudança na abordagem da loucura realizada pelo autor sejam ressaltados.

Haja vista esse contexto, cabe estabelecer uma relação entre a questão da anormalidade e da loucura, ambas desenvolvidas por Foucault. O louco e o anormal se encontram no ponto de convergência em que ambos são categorizados a partir de algum poder e, conseqüentemente, segregados do corpo social por representarem, cada um dentro de seu próprio contexto, uma ameaça ao convívio social.

No primeiro tópico, abordaram-se as particularidades do conceito de anormal desenvolvido por Foucault e buscou-se entender como ocorria a

identificação e classificação de cada categoria de anormal e a consequente exclusão desse sujeito. Nesse momento, serão exploradas as mesmas questões, mas, agora, visando-se entender brevemente como o poder psiquiátrico era exercido sobre seu objeto, o louco.

Estabeleceram-se as semelhanças e as diferenças do conceito de loucura trazido nas obras *A História da Loucura na Idade Clássica* e *O Poder Psiquiátrico* para que se pudesse desenvolver um paralelo entre ambos. Realizou-se tal análise para que fosse esclarecida a existência das particularidades do louco em cada obra. A partir dessa consideração, trabalhar-se-á com as características do poder psiquiátrico em si para entender como e onde este funcionava exercendo a exclusão.

Para explorar a forma com a qual o poder psiquiátrico era aplicado, se faz necessário entender suas particularidades comparando-o com a própria medicina no contexto do século XIX. De acordo com Caponi (2007, p. 97-98), a forma de se enxergar o corpo sofreu algumas mudanças ao longo do tempo, como o surgimento da perspectiva neurológica do corpo em meados do século XIX. Nesse sentido, se anteriormente o corpo era visto como um conjunto de tecidos e órgãos dentro de uma concepção anatomoclínica, a partir desse período, começará a ser entendido como “corpo neurológico”.

Nesse novo corpo, Caponi (2007, p. 98) indica que, ainda que se constitua uma continuação do corpo anatomoclínico, é observado com o intuito de descrição de suas “condutas, ações e reações, respostas a movimentos concretos de sobre ou de subestimulação através da utilização de toda uma nova bateria de estímulo-resposta” (CAPONI, 2007, p. 98). Contudo, apesar da novidade desse pensamento, a neurologia não foi inovadora o suficiente na abordagem das doenças mentais e, por isso, entrou em declínio dentro do contexto da loucura (CAPONI, 2007, p. 98).

Segundo Caponi (2007, p. 98), ainda dentro desse cenário, existiam diferenças que distinguiam a psiquiatria da própria medicina clássica. A abordagem anatomoclínica se detinha em características físicas (a própria fisiologia, anatomia e patologia) para nortear seu diagnóstico e sua terapia, classificando as doenças a partir do padrão de sintomas que apresentavam. A psiquiatria, por sua vez, não tinha como objetivo a categorização rígida do diagnóstico de loucura, mas a identificação acerca da necessidade, ou não, do internamento do paciente (CAPONI, 2007, p. 98).

Nesse sentido, “Foucault falará de um diagnóstico absoluto da psiquiatria por oposição ao diagnóstico diferencial da medicina clínica” (CAPONI, 2007, p. 99).

Além desse aspecto, outro que diferenciava a psiquiatria da medicina era a forma com a qual o corpo era visto por cada uma delas. Enquanto que na perspectiva anatomopatológica o corpo era o “corpo anatomopatológico”, o qual exercia algum papel, na psiquiatria era justamente a ausência do corpo que imperava (CAPONI, 2007, p. 99). Conforme Caponi (2007, p. 99) aponta, a intensão da psiquiatria era a de ponderar se certas características, como escutar vozes, permitiria o enquadramento na loucura, sem se interessar em saber se tais comportamentos estariam relacionados, ou não, a determinados tipos de lesões, o que faria com que fossem atribuídos a doenças específicas.

Tendo em mente tais diferenciações, entende-se que a psiquiatria se pautava em uma estruturação de diagnóstico e de terapia muito própria, sustentada em mecanismos particulares que permitiam seu exercício de poder. Nesse sentido, se a psiquiatria não contava com as estratégias da medicina clássica para obter as informações necessárias para internar ou não um paciente, seria necessário o uso dessas ferramentas particulares para obter provas capazes de sustentar a internação (CAPONI, 2007, p. 99).

Desse modo, três elementos configuravam tais mecanismos, sendo eles “os interrogatórios, a hipnose e as drogas” (CAPONI, 2007, p. 98). Atendo-se ao interrogatório, Caponi (2007, p. 99) afirma que esse mecanismo tem como primeira função a disciplina e a consequente construção da identidade a partir do entendimento do passado do paciente, bem como de características familiares. A finalidade desse caminho seria a descoberta de aspectos que indiquem anormalidade; “Desse modo, ele pretende inscrever a loucura em um quadro geral, o quadro das anomalias, pois, ‘a anomalia é a condição de possibilidade da loucura’.” (CAPONI, 2007, p. 100).

Ainda com respeito ao interrogatório, existem ainda duas características que o compõe. De acordo com o Caponi (2007, p. 100) o interrogatório tem a função de fazer com que o paciente reconheça e a assuma a própria loucura, além de provocar a sua manifestação durante o próprio procedimento. Em razão desse cenário, depreende-se que tal técnica é compreendida como parte dos mecanismos de poder, uma vez que trabalha com “atribuição de identidade, diferenciação normalidade-anormalidade, estabelecimento de faltas e responsabilidades e,

finalmente, atribuição da loucura” (CAPONI, 2007, p.100), o que, conseqüentemente, atribuía sentido ao próprio exercício da psiquiatria, bem como configurava poder ao próprio psiquiatra.

Considerando todo esse contexto de atuação do poder psiquiátrico, resta entender porque o internamento, ou encerramento, constituiu-se como terapêutica para a loucura e como ele foi sustentado por vários anos. Nesse sentido,

Podemos dizer que, entre 1850 e 1930, a psiquiatria clássica reinou e funcionou sem muitos problemas externos relacionados à base do que se considerou ser e relacionados a sua própria prática como um discurso verdadeiro. De qualquer forma, a partir desse discurso, deduziu-se a necessidade da instituição do asilo assim como a necessidade de implantar um poder médico como um poder interno e uma lei eficaz dentro dessa instituição. Em suma, deduziu-se a necessidade de uma instituição e de um poder oriundos de um discurso supostamente verdadeiro. (FOUCAULT, 2006, p. 39, *tradução nossa*).

A instituição de internação do louco trabalhava com “a garantia de harmonia da ordem social (que exige ser protegida contra a ameaça de desordem) com certas exigências de cura que falam da eficiência terapêutica do isolamento e do encerramento.” (CAPONI, 2007, p. 100). Dessa forma, na medida em que a psiquiatria construía um discurso no qual era tido como verdadeiro, constituía uma forma de poder que tinha seus mecanismos de exercício sustentados pelo próprio discurso, uma vez que este se propunha a explicar a loucura de uma forma própria.

Assim sendo, ainda que os conceitos de Foucault de louco e de anormal sejam distintos por vários motivos, seu papel como mecanismos de exclusão, através da classificação do ideal de normalidade, deve ser ressaltado. Por meio da caracterização de aspectos específicos do louco e do anormal, torna-se possível enquadrar os indivíduos em uma dessas definições e, em seguida, identificar se ele é capaz de seguir vivendo em sociedade ou deve ser internado nas instituições específicas anteriormente relatadas.

Desse modo, percebe-se imediatamente a relação do poder psiquiátrico com o louco. Por estar relacionado ao contexto do internamento, esse indivíduo cria e mantém o mecanismo de poder que o segrega, ao conferir ao médico a capacidade de determinar quem é louco e deve ser removido da sociedade. Assim, tem-se uma relação hierárquica estabelecida e “é nesse sistema de diferenças, que

devem ser analisadas, que tal poder pode começar a funcionar” (FOUCAULT, 2006, p. 4, *tradução nossa*).

Paralelamente, ainda que de forma mais discreta, existe relação semelhante entre o anormal e esse mecanismo de poder. Logo, o papel do diagnóstico na classificação do louco passa, nesse novo cenário, a ser desempenhado pela normalização, que define os limites da normalidade, segregando os que não se enquadram nesses padrões. Ainda que, conforme a classificação do anormal, ele não necessariamente seja visto como incapaz de viver em sociedade – como é o caso do louco – o mecanismo segregatório existe e, de forma análoga ao que ocorre com o poder psiquiátrico, é mantido graças à inferioridade sob a qual o anormal é retratado. Portanto, a presença do processo de normalização estabelece e perpetua uma relação de poder entre o normal e o anormal, bem como o poder psiquiátrico atua sobre o louco.

Considerações finais

Observa-se com a leitura dos documentos que abordam a anormalidade, que o conceito de anormal para Foucault possui três elementos e o anormal do século XIX seria uma mistura dessas três classes: o monstro humano, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. Enquanto o monstro é um fenômeno consideravelmente raro, os outros dois são mais cotidianos, sendo que a criança masturbadora é praticamente universal, por estar presente nos pensamentos mais íntimos.

O monstro alcança níveis extremos, ele é o limite da infração, da brutalidade, do proibido e do instinto primitivo, entretanto, ele é extremamente raro na sociedade, uma excepcionalidade. Já o indivíduo a ser corrigido, representa para Foucault, um elemento frequente e normal, que é identificado na sua relação com os setores sociais próximos, necessitando de correção e reeducação. A criança masturbadora também se insere no contexto da família, porém é uma relação ainda mais estreita, uma vez que está dentro dos próprios pensamentos. É uma prática silenciada, que todos conhecem, mas que ninguém revela ou compartilha.

Diante disso, para a determinação do sujeito anormal, ocorre a normalização, que é caracterizada por um conjunto de processos que atuam conforme o discurso científico ao preconizar a vigência de condutas aceitas que repudiam aquelas ditas indesejáveis a um regime de sanções normalizadoras.

Além disso, a normalização possui papel fundamental para o exercício do poder político. Isso porque ela é usada como uma justificativa para o controle do corpo social, seja por meio da rejeição, no modelo de exclusão leproso, seja por meio da vigia, no modelo de inclusão do pestífero. Destarte, no modelo “normalização-inclusão”, o poder, antes repressivo, torna-se produtivo, uma vez que os corpos dóceis gerados pela normalização trabalham, consomem e aprendem aquilo que lhes ensina.

Abordou-se também, a relação classificatória que se deu por meio da psiquiatria, cujo poder produzido por ela (poder psiquiátrico) fora utilizado como ferramenta para realizar e manter determinadas categorizações. Essa ciência, portanto, enquadrou-se como um mecanismo de estudo do indivíduo que fugia aos padrões de normalidade, sendo destituído de sua autonomia pelo médico. Em virtude dessa relação, surgiu e perpetuou-se o poder psiquiátrico.

Assim, a relação entre tal poder e os anormais de Foucault ocorre devido à manutenção dos mecanismos de subordinação daqueles que não se inserem no conceito de normalidade e, conseqüentemente, são vistos como incapazes de um pleno convívio em sociedade. Desse modo, depreende-se que as três esferas da anormalidade não escapam da influência do poder psiquiátrico, ainda que nenhuma delas possa ser enquadrada com exatidão em um diagnóstico de loucura, uma vez que podem ser constituídas por anomalias discretas capazes de passar despercebidas. Isto é, mesmo que, nesse caso, os indivíduos não estejam presos à lógica da instituição psiquiátrica, ferramentas para classificá-los continuam existindo e, por meio delas, são mantidas a normalização e a inferioridade dos anormais perante a sociedade.

Referências

CAPONI, Sandra. Michel Foucault e a persistência do poder psiquiátrico. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 95-103, Fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000100015>

DE FRANÇA, F.G. **Foucault, o direito e a norma**: apontamentos para uma reflexão sobre o saber jurídico 1. **Kninin: Revista Publius**, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpublius/article/view/3283>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ESTEVES, M. G. O sentido de norma em Foucault e o papel do direito na produção de corpos dóceis. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 09 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.56517&seo=1>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva S.A. 1978.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no College de France (1974-1975). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

FOUCAULT, M. **Psychiatric Power**: lectures at the College de France (1973-74). Tradução: Graham Burchell. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2006.

PORTOCARRERO, V. **Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem 1**. Rio de Janeiro: Educação & Realidade, 2004.

TORRE, E; AMARANTE, P. Michel Foucault e a “História da Loucura”: 50 anos transformando a História da Psiquiatria. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Florianópolis, v.3, n.6, p. 41-64, jan./jun. 2011